



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PAULO ROBERTO BATISTA - PRESIDENTE DA COMISSÃO
PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE
DOURADOS**

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2.018

ELEVACÃO CONSTRUTORA EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro nesta cidade e comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, à, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ/MF nº: 23.678.773/0001-27, neste ato representado por seu representante procurador Paulo Henrique Ioris, brasileiro, portador do CPF/MF nº. 015.065.261-52, devidamente qualificada no presente processo vem na forma da legislação vigente em conformidade com o Art. 4º, XVIII da Lei n.º 10.520/02, vem até Vossas Senhorias, para, tempestivamente, interpor estas **CONTRARAZÕES**, ao recurso apresentado pela empresa **JN ENGENHARIA LTDA** perante essa distinta administração que de forma absolutamente coerente declarou a controrrazoante participante do processo licitatório em pauta.

Paulo Roberto Batista
07.03.18
Ch.

Envs



1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1.1 DO OBJETO LICITADO

Constitui objeto da presente concorrência pública, do tipo menor preço, instaurada pela UFGD, objetivando a Reforma das Instalações prediais onde estão localizadas a Cantina Universitária, a COIN II e a Divisão de Patrimônio e Proteção da UFGD, em Dourados/MS, mediante as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1.2 DO CABIMENTO DO RECURSO

O respeitável julgamento das contrarrazões interposto recai neste momento para sua responsabilidade, o qual a empresa CONTRARRAZOANTE confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade ser praticada no julgamento em questão, buscando pela legalidade para esta digníssima administração, onde a todo o momento demonstraremos nosso Direito Liquido e Certo e o cumprimento pleno de todas as exigências do presente processo de licitação.

“É importante frisar que o direito de petição não pode ser destituído de eficácia. Não pode a autoridade a que é dirigido escusar-se de pronunciar sobre a petição, quer para acolhê-la quer para desacolhê-la com a devida motivação.”

A **contrarrazoante** faz constar em seu pleno direito as **Contrarrazões** ao Recurso Administrativo devidamente fundamentado pela legislação vigente e as normas de licitação. A **contrarrazoante** solicita que o Ilustre Sr. Presidente e esta doutra comissão de licitação da UFGD, conheça o RECURSO e analise todos os fatos apontados, tomando para si responsabilidade do julgamento.

2 DO MÉRITO

O presente recurso vem demonstrar que não há meios de se prosperar o entendimento adotado pela licitante **JN ENGENHRIA LTDA**, consoante restará demonstrado através da argumentação a seguir exposta:

3 RAZÕES QUE JUSTIFICAM A PERMANENCIA DA DECISÃO OBJURGADA

Em 22 de fevereiro de 2018, a Comissão de licitação, expediu o relatório de resultados da habilitação e inabilitação das empresas participantes, procedendo no julgamento a decisão de habilitar a empresa **ELEVACÃO CONSTRUTORA EIRELI - ME**, pelo total cumprimento do edital.

Cont



3.1 – DA ANÁLISE DAS RAZÕES DO RECURSO.

Analizando as razões recursais interpostas pela JN ENGENHARIA LTDA, há que se considerar imponderavelmente, que de fato, a própria recorrente admite, quando cita a “Sumula nº 263/2011 TCU” que a empresa **ELEVACÃO CONSTRUTORA EIRELI – ME**, cumpriu com as condições do edital, pois apresentou os atestados necessários e de acordo com características semelhantes devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

Refuta-nos as razões apresentadas pela recorrente, contra-arrazoando quando alega que:

“Apresentou atestado que não atendem as “características” (aço zincado e espessura de 0,5mm)”

“ Também não atende especificação quanto ao cumprimento do vão”

“Ingenuidade” e “ má fé” o pedido da recorrente em desconsiderar os atestados propostos no envelope 01, tirando e colocando em dúvida todo o crédito atestado pelos órgãos, EMBRAPA – CPAO, Prefeitura Municipal de Dourados MS e principalmente ao CREA – MS.

4 DA CONTRA RAZÃO

Fica fácil a explicação e entendimento quanto as errôneas alegações descritas pela empresa JN ENGENHARIA LTDA, tendo em vista que:

4.1 Quanto a espessura de 0,5mm sabemos por capacitação técnica que esse tipo de telha tem como medida mínima essa espessura, sendo obvio ter sido utilizada a mesma conforme atestado emitida pela EMBRAPA-CPAO e dado fé pelo Conselho Regional de Engenharia do estado do Mato Grosso do Sul CREA-MS.

No que diz a respeito “aço zincado” está descrito e frisado “... cobertura com telha galvanizada...” tal especificação no mesmo atestado emitido pela EMBRAPA-CPAO e dado fé pelo Conselho Regional de Engenharia do estado do Mato Grosso do Sul CREA-MS.

Aproveitamos a oportunidade para explicar tal desentendimento da empresa JN ENGENHARIA LTDA;

“Diferença entre Zincado e Galvanizado. Isso mesmo, a zincagem também é uma galvanização. Acontece que, popularmente, quando chamamos uma peça de **Galvanizada**, estamos nos referindo a Galvanização a Fogo (ou Zincagem por Imersão a Quente)”

Fonte: www.indufix.com.br/diferenca-entre-zincado-e-galvanizado/

Ignis



Ficando claro a tentativa da empresa JN ENGENHARIA LTDA de prejudicar o bom andamento deste processo e confundir essa Ilustre comissão através de trocas de nomenclaturas para a mesma especificação.

4.2 Com relação a alegação: "quanto ao comprimento do vão". Fica claro a "má fé" de um profissional com capacitação técnica e formação acadêmica de Engenharia, ler dois atestados que se referem a, uma CRECHE COBERTA e outro a um CAMPO DE BAISEBOL COBERTO onde especifica o tipo da estrutura em aço estrutural (tesouras e treliças), e as quantidades respectivas: 9.462,12 kg de estrutura para CRECHE, e 1.401,68 kg para o CAMPO COBERTO DE BAISEBOL. Ora, novamente fica claro a "má fé" e tentativa de confundir essa comissão, pois não há nem a necessidade de ser um profissional técnico da área para saber que um PATIO COBERTO DE CRECHE e, ainda mais, um CAMPO DE BAISEBOL COBERTO, tem vãos livres e superiores a 15m, afinal seria impossível a pratica do esporte de BAISEBOL com pilares ou qualquer tipo de estrutura no meio do campo.

Deixamos claro, também, que todas a planilhas referentes aos atestados e assinadas pelos órgãos estão à disposição, assim como a averiguação in loco.

5 CONCLUSÃO

Concluimos através dos autos já citados que a errônea e confusa tentativa de inabilitar a empresa **ELEVACÃO CONSTRUTORA EIRELI**, não possui meios de prosperar, pois a mesma cumpriu com as exigências deste edital, habilitada assertivamente por essa Ilustríssima comissão, e seria ferir com arbitrariedade o princípio da razoabilidade, acatar pedido proposto pela empresa JN ENGENHARIA LTDA que tenta optar pelo excesso de formalismo.

Nesse sentido, orienta o TCU no acórdão 357/2015-Plenário:

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

Nota-se que a utilização do princípio da razoabilidade não significa desmerecimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou negativa de vigência do *caput* do art. 41 da lei 8.666/93 que dispõe sobre a impossibilidade de a Administração descumprir as normas e condições do edital. Trata-se de solução a ser tomada pelo intérprete a partir de um conflito de princípios.

Então, assim como já habilitado e aceito os atestados por esse órgão, sabemos que são suficientes para comprovação da execução em quantidade e similaridade do objeto. Sabendo-se que tais questionamentos no Recurso são irrelevantes, apenas inconformismo por parte da empresa JN ENGENHARIA LTDA. Alegações das quais não vislumbram desclassificação, pois não são verdadeiras, e muito menos causam prejuízos a essa administração ou aos concorrentes.



6 DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto e respeitado os princípios constitucionais do Contraditório e da Ampla Defesa, requeremos a permanência da habilitação da empresa **ELEVAÇÃO CONSTRUTORA EIRELI - ME**, pelos motivos já revelados.

Restou demonstrar que o fim público foi atingido, tendo a Administração selecionado as empresas capacitadas a atender o edital para o envelope de habilitação, ficando claro o atendimento ao instrumento convocatório aos Princípios da Ampla Defesa e que foi dada ampla transparência a todo o procedimento.

Assim, conhecendo o recurso apresentado e, no mérito, nego provimento a empresa **JN ENGENHARIA LTDA**.

Outrossim, sendo diverso o entendimento, seja a contrarrazão juntamente com autos do processo licitatório, remetido à autoridade superior para análise e decisão final, segundo dispõe o art. 109 da Lei 8.666/93

Pede deferimento,

Dourados/MS; 06 de março de 2018.

23.678.773.10001-27
ELEVAÇÃO CONSTRUTORA EIRELI-ME

Av. Weimar G. Torres, 6075 01 Andar
Vila São Francisco - CEP 79.833-020
Dourados-MS


PAULO HENRIQUE IORIS
CPF/MF nº. 015.065.261-52
ELEVAÇÃO CONSTRUTORA EIRELI - ME
CNPJ: 23.678/773/0001-27